



# SINDICATO NA LUTA



# DEMOCRACIA

## Não desistiremos

# JAMAIS!

# “A PEC 55 FOI APROVADA, MAS NÓS MOSTRAMOS QUE JUNTOS SOMOS MAIS FORTES E QUE ELES TREMEM DIANTE DO POVO”

UM RELATO DE TÉCNICOS QUE NÃO TIVERAM SUAS VOZES OUVIDAS NA CAPITAL DO DESRESPEITO AOS TRABALHADORES- O CONGRESSO NACIONAL

Por: Caroline Segovia | Diego Fernandes | Diogo Koren | Leandro Marques | Enilian Freitas | José Alberto Coutinho  
Claudete Nunes | Rafael Torino | Sari Rocha | Jorge da Silva | Gabriel Vieira

Passava das 17 horas do dia 29 de novembro, quando mais de 30 mil pessoas foram brutalmente atacadas pelo poder coercitivo do estado. Policiais militares covardemente iniciaram uma onda de bombardeio contra os manifestantes, entre o grupo haviam muitos coletivos, movimento estudantil, sindicatos, trabalhadores, centrais sindicais.

Havia um grito coletivo: “estudante junto com trabalhador”, um dos gritos de ordem mais ecoados durante a marcha. Também “Fora Temer”, “Fora Pec 55”, “Não vai ter PEC, vai ter Luta”.

A truculência com que o poder militar agiu diante da grande massa de manifestantes foi assustadora, de forma rápida, violenta e repressora.

Estávamos lutando por justiça social, igualdade de direitos, pela continuidade dos direitos sociais, legalmente garantidos através da constituição cidadã, a constituição de 1988, que marcou a redemocratização do País com o fim do regime militar.

Vivemos um retrocesso sem precedentes, políticas públicas que arduamente foram conquistadas e efetivadas, agora sofrem um grave desmonte, e o mínimo necessário para garantir a sobrevivência com dignidade da população brasileira, como saúde, educação e assistência social, estão sob grave ataque, pois a PEC 55 congela os investimentos nessas áreas por 20 anos.

Depois de muitas, mas muitas horas de ônibus, chegamos à Brasília, para mim, era a primeira vez. Chegamos com um dia de antecedência, por medo de bloqueios em rodovias, Dentro do ônibus já havia começado, mas lá ficaram ainda mais fortes os laços de amizade entre a companheirada da querida APTA.

Fomos conhecer a Praça dos Três Poderes, o Eixo Monumental. Para quem vive numa cidade de espaços urbanos acanhados como Rio Grande, aquilo parecia e, é, uma imensidão absurda. Canteiros, avenidas, praças.

Aos poucos, o que parecia impossível começa a acontecer: aquele imenso descampado no cerrado brasileiro é tomado por uma multidão de gente e cores. Capoeira, arte de rua, batucada, grito de guerra, alegria, picolé, uma festa. As estimativas falam entre 30 e 50 mil pessoas, não faço ideia. Para mim, Brasília era NOSSA. O poder popular estava na rua. Esperança, risos, alegria.

No início da tarde do dia 29 fomos rumo ao MEC para o grande

Encontrão, um esquentar rumo ao Congresso Nacional. Pouco antes de nos dirigirmos para o do Museu Nacional, do Complexo Cultural da República, onde estava prevista a chegada das caravanas, cerca de 200 caminhoneiros protestaram causando congestionamento nas vias, interditando assim o trânsito.

duvidas em relação a estarem infiltrados no movimento) empurraram um carro contra a polícia. Alguns tentaram avançar e então a polícia foi truculenta e começou a reprimir todos os manifestantes com bombas de gás, cavalaria e bala de borracha, ou seja, a polícia atacou não só os manifestantes que foram

humilhação tomou conta de todos. Um companheiro resumiu bem "o que eu fiz para me atacarem?"

Percorremos mais de 2000 mil Km com a intenção que a nossa voz, dos/as trabalhadores/as, estudantes fosse ouvida, mas infelizmente fomos recebidos/as como bandidos/as, a repressão foi muito forte, pessoas passavam mal, consequência da imensa quantidade de gás que lançaram no povo. Jovens, idosos/as, enfim, não fizeram distinção. imaginem mais de 50 mil pessoas sendo atacadas? É assim que os trabalhadores devem ser tratados?

Isso é democracia? Isso tudo deve ser para que os corruptos, que se instalaram no Congresso continuem sustentando seus yates, carros importados apartamentos de luxo as custas do povo trabalhador que morre nos hospitais por falta de recursos, consequência da corrupção. Se eles representassem o povo não teriam que se esconder como ratos atrás da polícia.

Percebemos que o objetivo da PM/DF era nos empurrar para o inferno, se preciso, mas não permitir mais manifestação de tipo algum.

Estávamos, todos/as, participando da democracia DIRETA e POPULAR, expondo nossa rejeição à uma PEC que irá arrastar saúde e educação ao limbo, como se fossem meros detalhes num país tão carente de direitos básicos. O que recebemos? Violência, covardia, brutalidade.

Em hipótese alguma o governo cogitou negociar ou até mesmo conversar com os manifestantes, o que representa bem a posição do governo golpista atual, totalmente autoritário e fascista.

E o impressionante é ver a facilidade com que a mídia mascara o que acontece, a mídia não mostrou quase nada, dando pouca relevância ao sendo que o pouco que foi transmitido foi distorcido, onde fizeram referência a nós, como vândalos e marginais, enquanto apenas uma pequena parcela dos manifestantes vandalizaram, éramos 99% manifestantes pacíficos e a mídia fez parecer que eram 99% de vândalos.

“Mas não será dessa vez que nos derrotarão. Voltaremos, e se o monstro que nos ataca crescer, seremos ainda mais milhares a morder seus calcanhares”.

“A PEC 55 foi aprovada, mas nós mostramos que juntos somos mais fortes e que eles tremem diante do povo”



Começamos a marcha rumo ao Congresso (estávamos em frente à Catedral) e conseguimos engarrafar o trânsito COM PESSOAS. Eram tantas, mas tantas, que só as bandeiras podiam nos guiar. Eu, seguia as bandeiras da APTA. Junto com um pequeno grupo, alguns camaradas nossos estiveram entre os primeiros a chegar ao Congresso. Havia policiamento, mas o clima parecia calmo.

Um tumulto começou a se formar. Percebíamos que jogavam spray de pimenta sobre uma moça já deitada, nesse momento então começaram as bombas. No começo algumas, depois dezenas. Eu havia levado EPIs (máscara e óculos), então pude ficar perto. Muitos precisaram correr. Me perdi dos meus companheiros e ajudei muita gente, arrastando pelo gramado enquanto as bombas continuavam a voar sobre e em nossa direção.

Alguns manifestantes (que temos

responsáveis pelos estragos, mas também atacou os manifestantes que estavam ali para protestar de forma pacífica,

“O massacre durou mais de três horas, horas de pânico, desespero, impotência”.

“Durante todo o caminho do congresso até a rodoviária, a polícia usou de bombas de efeito moral, cavalaria e bala de borracha contra os manifestantes”.

“Enquanto o povo era violentamente massacrado, dentro do Congresso políticos/as assistiam de camarote e bebiam champanhe”.

O povo da FURG, UFPel e IF tentou contornar um viaduto para chegar àquela posição. Pudemos então ver, horrorizados, que a polícia lançou bombas sobre o carro de som, o socorro médico e os manifestantes que já estavam muito longe do Congresso, não representando perigo algum às Excelências. A raiva, a impotência e a

# A PEC E O FIM DA GREVE

A PEC 241/55 CONHECIDA COMO A PEC DA MORTE APROVADA NO SENADO FEDERAL NOS DOIS TURNOS, ABRE UM CENÁRIO QUE TEM DOIS ELEMENTOS IMPORTANTES.



**P**rimero, fica estabelecido no texto constitucional, um novo modelo de Estado. Isso é o que chamamos de modelo Neoliberal, justamente, o contrário do modelo desenhado na Constitucional de 1988. Na Carta magna de 88 o corte social estava visivelmente posto, ou seja, a constituição estabeleceu que o Estado Brasileiro era o principal ator no desenvolvimento econômico e social do Brasil. Este corte social estava muito bem apresentado na Seguridade Social, fortalecida enormemente, ou seja, uma estrutura de proteção social, que se materializou no Sistema Único de Saúde, no Sistema Previdenciário e na Assistência Social. Esses três elementos que compõem a seguridade social, por si só, impôs ao Estado Brasileiro, uma dimensão social. Para além disto, a carta de 88, estabeleceu como um dos fundamentos do Estado Brasileiro, a participação popular, vide, os mais de 20 mil conselhos, sejam eles da área da saúde ou área social.

Independente das dificuldades de implantação daquele estado social, o que estava posto para o processo de redemocratização era que o Estado deveria ser não só o indutor do desenvolvimento social, mas também o ator de proteção universal. Essa é a razão pela qual a educação, a saúde, a previdência, a seguridade social e etc, se tornaram direitos universais.

A aprovação da PEC 241/55 desmonta esse Estado, retirando a



obrigação de atuar como indutor do desenvolvimento econômico e social, bem como, retira também a sua obrigação de proteção. Isso significa dizer, objetivamente, que a educação e a saúde, a previdência, assistência, deixam de ser direitos universais e passam a ser mercadorias, ou seja, que paga tem, que não paga não tem.

Na medida em que as despesas com educação, saúde, infraestrutura e desenvolvimento são congeladas, ou seja, os valores hoje investidos nessas áreas serão os mesmos valores, daqui há 20 anos. O Estado ao longo dos próximos 20 anos irá se retirar tanto quanto o ator que promove desenvolvimento econômico e social quanto o ator que da proteção social, a partir da universalização de direitos, isso significa a aprovação da PEC 55.

Pois bem, quando afirmamos aqui que a Proposta de Emenda da Constituição 241/55, agora aprovada, muda o modelo de Estado, estamos

dizendo que o Brasil deixará de ser um país que tem a sua frente possibilidade de construção de uma sociedade justa, para uma sociedade que passará necessariamente pela lógica do mercado.

Caros técnicos e técnicas administrativas em educação o direito o terminou. Agora entraremos na fase em que todas as dimensões das relações sociais, nesse país, serão canceladas no mercado, ou seja, tudo que tocamos, será mercadoria, inclusive o seu emprego.

Nos permitam fazer uma pequena observação aqui: todo e qualquer emprego público é patrimônio público. Se estamos

aqui dizendo que diversas e vastas áreas públicas como educação, saúde e assistência social, serão privatizadas pelo novo modelo de estado (neoliberal), estamos aqui também afirmando que seu emprego será privatizado. Quando dizemos que a educação será privatizada, os empregos dessa área também serão privatizados. Portanto, o que está em jogo não só é o futuro das próximas gerações, mas também, o seu emprego do presente.

Este jornal, mais uma vez seguindo a lógica das últimas edições, vem lhe trazer um conjunto de informações e análise que corroboram, o presente editorial. O que fazer então? Mobilize-se, organize o seu bairro, participe do seu sindicato, esteja junto de todas e todos o trabalhadores e trabalhadoras que estão na luta para derrubar este modelo de estado neoliberal e que agora se implanta na constituição federal.



*Todo jardim começa com uma história de amor,  
antes que qualquer árvore seja plantada ou um lago  
construído é preciso que eles tenham nascido dentro  
da alma. Quem não planta jardim por dentro,  
não planta jardins por fora e nem passeia por eles...  
e não haverá borboletas se a vida não passar por  
longas e silenciosas metamorfoses...*

*Rubem Alves*

*Esperamos que nossas lutas nunca sejam  
cessadas e que tenhamos na unidade nossa força!  
É o que desejamos para 2017!*

*Continuamos lutando e sonhando...*



# GREVE 2016: A LUTA DOS TAES DO IFRS – CAMPUS RIO GRANDE



## Alessandra Trevisol

Técnica Administrativa em Educação IFRS

Os técnicos administrativos em educação do IFRS – Campus Rio Grande estão em greve, acompanhando a categoria representada pela Aptafurg – Sindicato, desde o dia 19 de outubro de

2016. As mobilizações e atos em defesa da democracia e da educação pública, contudo, já haviam iniciado bastante tempo antes.

Os institutos federais de educação, ciência e tecnologia são fruto de uma política de investimento pesado em Educação, feita pela União Federal, que vinha ocorrendo em nosso país e que hoje está sendo abruptamente

interrompida por um governo ilegítimo e golpista, sustentado por um Congresso corrupto e descomprometido com os interesses do povo e acobertado por um Judiciário elitista e intocável. A oferta de educação básica, técnica, superior e de pós-graduação por uma mesma instituição oportuniza uma experiência de aprendizagem extremamente provocativa, inovadora a todos os envolvidos. A concretização da justiça social é um dos objetivos fundantes dos IFs.

Assim é que este ano estamos em greve para resistir ao desmonte deste sonho que mal nasceu e já está ameaçado de morte. Sabemos que o corte de verbas deteriora nossa condição de trabalho, nos impede de nos qualificarmos, sucateia a infraestrutura e nos desvaloriza. Como consequência disso, fica mais fácil nos considerar “ineficientes”,

“desnecessários”, e nos entregar à exploração privada.

Em outras greves, lutamos por avanços. Nesta, lutamos contra o retrocesso. A palavra de ordem é resistência. Isso não é fácil.

E o que significa resistir, enquanto TAEs, no contexto atual? Significa muitas vezes ser hostilizado pela comunidade (interna e externa, não pensemos que todos colegas tem a consciência da realidade). Significa disponibilizarmos nosso tempo e energia na luta pela garantia do hoje, mas também e principalmente do amanhã. Significa fazermos nossa parte na defesa desse bem público, do qual somos parte essencial.

Esta categoria tem consciência do seu papel e resistirá. Perdemos algumas batalhas, ganhamos outras. No dia-a-dia de convencimento, de diálogo, se faz a luta. O que não podemos é desistir. Jamais assistiremos passivos ao desmonte do Estado e da democracia em nosso país. Só a luta muda a vida. É lutar ou lutar! Não há outra opção!

# A PEC 55 E SEUS EFEITOS NA ÁREA DA SAÚDE

## Paula Pereira de Figueiredo

Doutora em Enfermagem. Especialista em Atenção Básica em Saúde Coletiva  
Docente da Escola de Enfermagem - Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

É de amplo conhecimento que o teto de recursos financeiros para a área da Saúde, estabelecido pela PEC 55, irá prejudicar a todos nós, usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). Mas afinal, de que perdas estamos falando? Segundo nota técnica recente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, a PEC 55 implicará na perda de recursos constitucionalizados historicamente em outras emendas e que contribuíram para a melhor operacionalização e consolidação do SUS, como a EC nº 29/2000 e a EC nº 86/2015. Portanto, a PEC interferirá na redução do gasto público per capita com saúde, culminando na desobrigação dos governos de alocarem mais recursos em saúde em contextos de crescimento econômico. Qualitativamente, o resultado será um provável aumento das iniquidades no acesso a bens e serviços de saúde e dificuldades para a efetivação do direito à saúde no Brasil; ou seja, um golpe aos princípios de universalidade, equidade, integralidade e participação popular, previstos nas Leis Orgânicas da Saúde, de 1990.

O que isso significa, em exemplos:

a) Supondo-se que a regra de

financiamento prevista na PEC 55 estivesse valendo a partir de 2003, a perda de investimentos na área da saúde entre 2003 e 2015 teria sido de R\$ 257 bilhões;

b) Futuramente, estima-se que quanto melhor for o desempenho da economia, maior será a perda para a saúde. No cenário utilizado para projeções atuariais, a perda acumulada poderia chegar a R\$ 1 trilhão no período de 20 anos, partindo-se do limite mínimo de 13,2% da Receita Corrente Líquida (RCL) de 2016 e a R\$ 743 bilhões, partindo-se do limite de 15,0% da RCL de 2016.

c) O orçamento deste ano prevê a aplicação de valor equivalente a R\$ 519 per capita, o qual já seria reduzido em 2017 para R\$ 459, sob a vigência das leis atuais de financiamento do SUS, devido à queda da RCL. Com a PEC 55, esse valor reduziria ainda mais, passando para R\$ 446 por pessoa do território brasileiro.

d) No período de vigência da PEC 55, esse investimento per capita chegaria a R\$ 411 em 2036, valor muito inferior daquele estimado se fossem mantidas as regras atuais de financiamento, que poderia chegar até R\$ 822, a depender da taxa de



crescimento do PIB.

e) A população de idosos no Brasil dobrará em vinte anos e a necessidade de financiamento dos serviços, consequentemente. As projeções do IBGE apontam, em termos absolutos, que em 2036 a população com 60 anos ou mais representará praticamente o dobro da atual, passando de 24,9 milhões para 48,9 milhões de habitantes e a população com 80 anos ou mais aumentará em mais de 150%, passando de 3,5 milhões para 8,8 milhões. Em 2015, o gasto médio do atendimento para pessoas entre 60 e 69 anos de idade foi 73% maior que o gasto para a faixa etária de 30 a 39 anos, excetuando-se os partos. Portanto, será necessário ao SUS um

aporte de recursos financeiros maior do que atual para daqui 20 anos, a fim de garantir o atendimento da população idosa que habitará o Brasil.

Desse modo, conclui-se que congelar o gasto com saúde, por vinte anos, parte de uma percepção equivocada ou ingênua de que os recursos públicos para a saúde já estejam adequados para o cumprimento dos princípios do SUS. Pelo contrário, os exemplos estimados reforçam que o congelamento não garantirá nem mesmo o grau de acesso e qualidade dos bens e serviços de saúde que se tem atualmente, uma vez que a população aumentará e envelhecerá de forma acelerada, enquanto os recursos serão menores que os vigentes em 2016.

**Agora, o que vem por aí?**

# TRABALHADOR TERÁ QUE TRABALHAR ATÉ 65 ANOS

*Reforma da  
Previdência é o  
que está na pauta  
do Governo,  
Golpista de Temer!*

A reforma da Previdência enviada ao Congresso Nacional no dia 6 de dezembro pelo golpista Michel Temer – que se aposentou em 1996 aos 55 anos e com salário de R\$ 30 mil mensais como ex-procurador do estado de São Paulo – impõe mais tempo de trabalho para os brasileiros sob a velha justificativa de que o sistema atual sofre de déficit crescente.

A proposta de Temer dificulta o acesso à aposentadoria, elevando a idade mínima para 65 anos e aumentando o tempo mínimo de contribuição de 15 para 25 anos. Na realidade, o golpista Temer propõe que o trabalhador contribua por 49 anos para assegurar o recebimento de 100% da aposentadoria.

Para que isso ocorra, haverá uma regra de transição que levará em conta a idade do contribuinte, sendo garantido o pagamento mínimo de 1 salário mínimo. Cumprindo o tempo mínimo de 25 anos de contribuição com idade mínima de 65 anos, o trabalhador terá direito a apenas 76% da aposentadoria.

## OS MAIS PENALIZADOS

Os sucessivos governos vêm modificando as regras das aposentadorias, impondo cada vez mais sacrifício à parcela mais desassistida da população e aos trabalhadores. O objetivo foi sempre o de acabar com o benefício público, transformando-o num rentável negócio para os privatistas de plantão. A proposta de reforma da Previdência do golpista Temer segue essa lógica, e vai prejudicar os trabalhadores mais pobres, que começam a trabalhar mais cedo. Temer pretende ver sua proposta aprovada ainda no início de 2017

## NOVAS REGRAS

A proposta pretende atingir os atuais trabalhadores dos setores público e privado, inclusive os rurais, com até 50 anos (homens) e 45 anos (mulheres e professores), que não poderão se aposentar antes dos 65 anos – independentemente do tempo de contribuição.

A nova regra valerá para os trabalhadores com menos de 50 anos. Quem tem mais de 50 permanecerá na regra atual e terá que pagar um pedágio proporcional ao tempo que falta para a aposentadoria. Para mulheres e professores, a idade de transição seria de 45 anos e o tempo de contribuição só teria peso para o valor do benefício.

Atualmente, as mulheres podem pedir a aposentadoria com 30 anos de contribuição e os homens, após 35 anos de trabalho.

Para receber o benefício integral, é preciso atingir a fórmula 85 (mulheres) e 95 (homens), que é a soma da idade e do tempo de contribuição.

## MILITARES SÃO POUPADOS

Para tentar ficar mais palatável à sociedade, o governo incluiu na proposta parlamentares e detentores de cargos eletivos, mas as Forças Armadas ficaram de fora

## IDADE MÍNIMA

Será de 65 anos para requerer a aposentadoria. O tempo mínimo de contribuição passa de 15 para 25 anos. As regras são para todos os trabalhadores dos setores privado e público, com exceção dos militares. No setor privado, trabalhadores se aposentam com cerca de 50 anos, ao completar o tempo de contribuição (35 anos para os homens, 30 anos para as mulheres). No funcionalismo já há idade mínima (60 anos para os homens, 55 anos para as mulheres), mas subirá para igualar os regimes. A reforma prevê ainda um mecanismo de ajuste automático dessa idade mínima de acordo com o aumento da chamada “sobrevida” da população brasileira.

## TRANSIÇÃO

Quem tem menos de 50 anos (homens) e 45 anos (mulheres e professores) deverá obedecer às novas regras integralmente. Acima dessa faixa etária, haverá uma regra de transição, com tempo adicional para requerer a aposentadoria. Haverá um pedágio de 50% do tempo de contribuição em relação à regra atual – que é a fórmula 95/85. Um homem que atualmente tem 52 anos de idade e 34 de contribuição terá de trabalhar por mais um ano e seis meses para se aposentar. Pelas regras atuais, teria de trabalhar apenas mais um ano. Aposentados e quem completar os requisitos para pedir o benefício até a aprovação da reforma não serão afetados.

## VALOR E TETO DO INSS

Segundo o governo, não haverá aposentadoria menor do que o salário mínimo. Por outro lado, o trabalhador que desejar se aposentar recebendo o teto do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), atualmente em R\$ 5.189,82, deverá contribuir por 49 anos. Esse valor é reajustado anualmente com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Pelas simulações, se uma pessoa tem 65 anos, mas contribuiu somente por 25 anos, por exemplo, ela teria direito a 76% do teto do INSS. Com 26 anos de contribuição, o trabalhador passa a ter direito a 77% do valor do teto do INSS, e assim por diante, até chegar aos 49 anos de contribuição – isso para ter direito ao teto do INSS.

## APOSENTADORIAS ESPECIAIS

A proposta inclui professores, que atualmente podem se aposentar cinco anos antes, cujas regras serão equiparadas às dos demais trabalhadores. Os trabalhadores rurais, considerados segurados especiais, que podem se aposentar por idade (60 anos para os homens e 55 para as mulheres), passariam a contribuir.

## PENSÃO POR MORTE

O governo propõe uma taxa de reposição de 50% para o beneficiário e adicional de 10% para cada dependente. Essa cota de 10% valeria até o dependente atingir a maioridade. Uma viúva poderá receber 60% do benefício se o casal tiver um filho. O INSS, por sua vez, pagará 100% do benefício apenas aos pensionistas que tiverem cinco filhos. As pensões não serão mais vinculadas ao salário mínimo e não será possível acumular

o benefício com outra aposentadoria ou pensão.

## PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E APOSENTADORIA POR INCAPACIDADE

Os trabalhadores submetidos a condições especiais de trabalho, prejudiciais à saúde, assim como as pessoas com algum tipo de deficiência, não poderão se aposentar com menos de 55 anos de idade e 20 anos de tempo de contribuição. No caso da aposentadoria por incapacidade permanente por acidentes de trabalho, a proposta é que o valor corresponda a 100% da média das remunerações.

## SERVIDORES PÚBLICOS

Além de igualar as regras para os servidores públicos, será extinta a integralidade, ou seja, o recebimento da aposentadoria com base no salário integral do servidor. No funcionalismo, já há idade mínima (60 anos para os homens e 55 para as mulheres).

Todos os estados terão que ter um fundo de previdência complementar, como já existe no governo federal. Se alguém quiser receber acima do teto do regime geral, terá que usar os recursos desse fundo. O prazo é de dois anos para a implementação.

## FIM DA PARIDADE

A proposta é acabar com a paridade de reajustes entre ativos e inativos do serviço público para homens com menos de 50 anos de idade e mulheres com menos de 45 anos e que ingressaram antes de 2003 no serviço público. Também será vedado o acúmulo da aposentadoria com pensão ou morte, por qualquer beneficiário.

Os benefícios assistenciais (Loas) concedidos a idosos e deficientes de baixa renda não serão mais vinculados ao salário mínimo.

A idade para receber o benefício subirá dos atuais 65 anos para 70 anos.

Fonte: Sintufrj





**SINDICATO  
NA LUTA**

**EXPEDIENTE**

**ENDEREÇO**  
Rua Padre Nilo Gollo, 76,  
São Jorge, Rio Grande RS  
Tel.: (53) 3230-2284/3230-5417  
Email: aptafurg@vetorial.net

**COORDENAÇÃO GERAL**  
Everson da Silva Flores  
Maria de Lourdes Lose  
Zulema Helena Ribeiro Erandes

**COORDENAÇÃO DE IMPRENSA**  
Maria de Lourdes Lose

**JORNALISTA RESPONSÁVEL**  
Marcio Vieira Oliveira- Mtb. 9258  
Tel.: (53) 99458125  
marcioliveira2000@yahoo.com.br

**DIAGRAMAÇÃO E IMPRESSÃO**  
Editora Casaletras  
contato@casaletras.com.br

**TIRAGEM**  
1.000 exemplares

O Jornal Sindicato na Luta - veículo de comunicação da Associação do Pessoal Técnico-Administrativo da FURG (APTAFURG) - tem distribuição gratuita e dirigida.